

MINISTÉRIO DO TURISMO,
TRANSPORTES E MAR

Gabinete do Ministro

Portaria nº 30/2000

de 18 de Setembro

O Decreto-Lei nº 38/98, de 31 de Agosto, definiu os tipos de vistorias de que os navios ou embarcações devem ser objecto para assegurar as suas condições de segurança.

Deferiu, no entanto, para o âmbito de Portaria do Membro do Governo responsável pela Marinha e Portos a regulamentação de tais de vistorias, matéria que constitui o objecto da presente Portaria.

Nestes termos,

Ao abrigo do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 38/98 de 31 de Agosto;

Manda o Governo, através do Ministro do Turismo, Transportes e Mar, o seguinte:

Artigo 1º

(Fiscalização das condições de segurança)

A verificação e a fiscalização das condições de segurança dos navios ou embarcações são da competência dos serviços da Direcção-Geral da Marinha e Portos (DGMP), que as exerce mediante vistorias de construção, vistorias de manutenção e vistorias suplementares.

Artigo 2º

(Vistorias de construção)

As vistorias de construção têm lugar:

- a) Durante a construção ou modificação dos navios ou embarcações;
- b) No termo dos trabalhos referidos na alínea anterior;
- c) Aquando da aquisição no estrangeiro dos navios ou embarcações.

Artigo 3º

(Vistorias de construção)

A construção ou modificação de navio ou embarcação de comprimento superior a 6 metros, só pode ser iniciada depois de os planos e projectos terem sido aprovados pela DGMP, a quem o interessado deve facultar os desenhos e memória descritiva julgados indispensáveis.

Artigo 4º

(Calendário das vistorias)

1. Durante a construção, o navio ou embarcação é objecto das seguintes vistorias:

- a) Quando estiver em meia construção, entendendo-se como tal quando estiver com todo o cavarname armado;
- b) Antes do lançamento à água;
- c) Após terminada a construção.

2. Após a vistoria a que se refere a alínea c) do número anterior, é emitido o certificado de navegabilidade.

Artigo 5º

(Outras vistorias)

Além das vistorias a que se referem os artigos anteriores, podem ser efectuadas outras para verificação de trabalhos ou modificações, quer por iniciativa do dono da obra, quer impostas por norma legal em vigor.

Artigo 6º

(Suspensão da construção)

Se a construção for suspensa, seja qual for o motivo, e a suspensão durar mais de seis meses, só pode recommençar após vistoria que confirme que o estado dos materiais permite o prosseguimento dos trabalhos.

Artigo 7º

(Modificações)

1. É aplicável o disposto nos artigos anteriores aos navios ou embarcações que sejam objecto de modificações, limitando-se os planos e projectos referidos no artigo 3º, aos desenhos relativos às modificações e a uma memória descritiva dos trabalhos a realizar.

2. Havendo alterações nos pesos, deve a memória justificar que as novas condições de estabilidade são suficientes.

3. Os navios ou embarcações abrangidos pelo presente artigo são vistoriados:

- a) Depois de realizadas as demolições necessárias para as obras a executar;
- b) Depois de concluídos os trabalhos, antes de entrar em serviço.

Artigo 8º

(Vistorias de manutenção)

As vistorias de manutenção têm como finalidade a verificação das condições de segurança dos navios ou embarcações, tendo em vista a emissão ou renovação de certificado de navegabilidade.

Artigo 9º

(Pedido de emissão do certificado de navegabilidade)

1. O pedido de emissão do certificado de navegabilidade deve mencionar o nome do navio ou embarcação, área de navegação ao qual é destinado, suas dimensões e características principais.

2. O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo da idade exacta do navio ou embarcação, e do nome dos construtores;
- b) O certificado de arqueação;
- c) O certificado das marcas de bordo livre nos casos em que a lei o exige;
- d) Relatório dos meios de salvação de bordo;
- e) Planos compreendendo a secção mestra, perfil longitudinal (indicando os porões e coberturas e a posição das anteparas e portas estanques) e um esquema do plano de esgoto dos diversos compartimentos;

f) Para os navios ou embarcações de propulsão mecânica, além do que consta nas alíneas anteriores, os planos e documentos exigidos pelos regulamentos das caldeiras, o plano cotado dos reservatórios contendo gases comprimidos quando o sistema de propulsão os exija, assim como os esquemas indicando a disposição dos reservatórios ou dos compartimentos, servindo para o combustível líquido se este é empregado em caldeiras ou em motores principais ou auxiliares;

g) No caso de navios de passageiros abrangidos pelas convenções internacionais relativas à sua construção, os documentos sobre a sua compartimentagem;

h) Os certificados, ainda em vigor, de sociedade de classificação reconhecida pelo Governo, caso o navio esteja classificado.

3. Tratando-se de navio ou embarcação que tenha tido renovações parciais ou em que certos aparelhos mecânicos são de construção mais recente ou mais antiga do que o próprio navio, devem os documentos dar essa indicação de modo explícito.

Artigo 10º

(Pedido de renovação do certificado de navegabilidade)

1. Tratando-se da renovação do certificado de navegabilidade, deve o requerente juntar ao requerimento:

- a) O último certificado de arqueação;
- b) O certificado das marcas de bordo livre;
- c) O certificado dos meios de salvação;
- d) O último certificado de navegabilidade.

2. O requerente deve também indicar no requerimento os pontos que se encontram modificados em relação à altura do pedido do anterior certificado.

Artigo 11º

(Primeira vistoria)

1. Os navios novos construídos no estrangeiro e os navios estrangeiros embandeirados em Cabo Verde são obrigatoriamente sujeitos a primeira vistoria.

2. A primeira vistoria comporta uma inspecção completa ao casco, aos aparelhos mecânicos e em especial um exame em seco às obras vivas assim, como uma vistoria exterior e interior às caldeiras.

3. Podem ser dispensados da vistoria em seco:

- a) Os navios novos construídos no estrangeiro sob a fiscalização de uma sociedade de classificação reconhecida;
- b) Os navios cuja querena foi vistoriada no estrangeiro por peritos de uma sociedade de classificação reconhecida.

Artigo 12º

(Participação na vistoria)

Todas as vistorias devem ter lugar na presença do proprietário ou do seu representante, que pode ser o Comandante ou oficial nomeado por este.

Artigo 13º

(Finalidade da vistoria)

A fiscalização das novas construções até à entrada em serviço ou a primeira vistoria aos navios ou embarcações referidos nos artigos anteriores, deve ter como objectivo determinar se os mesmos preenchem os requisitos previstos nas leis e regulamentos em vigor.

(Período de validade do certificado de navegabilidade)

1. O período de validade do certificado de navegabilidade é de um ano.

2. O DGMP, com excepção dos navios de passageiros, pode fixar no respectivo certificado um prazo superior ao referido no número anterior, desde que fique assegurada a verificação das seguintes condições:

- a) O certificado de navegabilidade deve ser renovado no decorrer do ano seguinte àquele em que foi emitido;
- b) O prazo de validade indicado no certificado não pode ir além de quinze meses;
- c) Os navios em serviço, embandeirados no decurso do último trimestre de um ano, obtêm um certificado válido para o ano seguinte, mas o intervalo entre duas inspecções sucessivas não pode ultrapassar os limites acima fixados.

Artigo 15º

(Tempo de apresentação do pedido de renovação do certificado de navegabilidade)

A renovação do certificado de navegabilidade deve ser requerida à DGMP antes de expirar o prazo de validade.

Artigo 16º

(Dispensa de vistoria em seco)

1. O certificado de navegabilidade só pode ser renovado depois de uma vistoria completa ao casco, maquinismos e caldeiras, armamento e equipamento, e de vistoria em seco à querena;

2. Podem ser dispensados da obrigação da vistoria em seco os navios ou embarcações cuja querena foi vistoriada por peritos de uma sociedade de classificação reconhecida.

Artigo 17º

(Ocorrência de facto que afecte a segurança)

Os navios ou embarcações devem ser objecto de uma vistoria geral ou parcial, conforme os casos, cada vez que ocorrer um facto ou acidente susceptível de afectar a sua segurança, incluindo os meios de salvação e outros aprestos.

Artigo 18º

(Vistoria após reparação)

1. A vistoria deve permitir reconhecer se as reparações necessárias ou renovações foram convenientemente efectuadas, se os materiais utilizados, assim como os processos de execução empregados, dão plena satisfação aos peritos e se o navio satisfaz, em todos os aspectos, as prescrições legais e regulamentares em vigor.

2. Se o navio ou embarcação está inscrito numa sociedade de classificação, deve apresentar-se o certificado passado por essa sociedade, confirmando que os trabalhos foram executados sob o controle da mesma, de modo a justificar a manutenção da classificação.

Artigo 19º

(Emissão de novo certificado de navegabilidade)

Só é emitido novo certificado de navegabilidade após vistoria que confirme que as condições de segurança estão devidamente verificadas.

(Concessão excepcional de tolerância)

1. A DGMP pode conceder, excepcionalmente, um certificado de navegabilidade a um navio ou embarcação que não satisfaça totalmente as exigências regulamentares, quando os peritos entenderem que de tal facto não resulta perigo para a tripulação, para o navio e para o ambiente.

2. O certificado de navegabilidade referido no número anterior deve mencionar as prescrições regulamentares que não foram satisfeitas e o prazo concedido para lhes dar cumprimento.

3. A mesma tolerância pode ser concedida quando se tratar de uma reparação, substituição ou alteração, determinada pela vistoria e que não possa ser executada imediatamente.

4. O não cumprimento do indicado nas observações do certificado de navegabilidade, dentro do prazo estabelecido, importa a cessação da sua validade.

Artigo 21º

(Adiamento da vistoria em seco)

1. Nos casos em que é obrigatória a vistoria em seco, mas se reconhecer a impossibilidade de satisfazer esta condição no prazo determinado, pode ser concedido ou renovado o certificado de navegabilidade, mencionando-se, na casa das observações, que falta realizar o exame às obras vivas, e qual o prazo máximo concedido para tal exame.

2. A não realização da vistoria às obras vivas no prazo indicado, faz caducar o certificado de navegabilidade.

Artigo 22º

(Certificado de navegabilidade)

1. A DGMP pode passar um certificado especial de navegabilidade válido só para determinada viagem

2. O pedido deste certificado especial deve indicar as circunstâncias particulares a observar, tais como:

- a) Viagem de experiência de navio construído de novo;
- b) Viagem de excursão com carácter excepcional;
- c) Viagem de navio cabo-verdiano para porto estrangeiro, a fim de aí ser reparado, alienado ou demolido;
- d) Viagem de um porto onde foi construído, adquirido, reparado ou modificado, para o porto de registo;
- e) Viagem de um porto para outro com auxílio de um ou mais rebocadores.

3. No estrangeiro, o cônsul pode passar um certificado especial depois do parecer dos peritos por ele nomeados, esolhidos de preferência entre os das sociedades de classificação reconhecida.

4. A validade de certificado especial referido nos números anteriores expira logo que termine a viagem para o qual foi emitido.

Artigo 23º

(Vistorias suplementares)

Independentemente das vistorias a que se referem os artigos anteriores, pode a DGMP efectuar ou ordenar vistorias suplementares, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 38/98, de 31 de Agosto.

Artigo 24º

(Vigência)

A presente Portaria entre em vigor no prazo de 30 dias, após a sua publicação.

Gabinete do Ministro do Turismo, Transportes e mar, 23 de Agosto de 2000. – A Ministra, *Maria Helena Semedo*.